

## CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

### EVENTOS DESPORTIVOS INTERNACIONAIS

#### Taça da Europa de Lançamentos

No âmbito do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/189/DDF/2024 outorgado entre Instituto Português do Desporto e Juventude Vidigalense e Federação Portuguesa de Atletismo

Entre:

1. A **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ATLETISMO**, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 36/93, de 29 de novembro, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 288, de 11 de dezembro, com sede na(o) Largo da Lagoa, 15 B, 2799-538 Linda-a-Velha, NIPC 501136517, aqui representada por **Jorge António de Campos Vieira**, na qualidade de Presidente, adiante designada por **1.º OUTORGANTE**;

E

2. A **JUVENTUDE VIDIGALENSE**, pessoa coletiva de direito privado, com sede na(o) Trav. Das Flores, n.º 30, Vidigal de Baixo, 2400-285 LEIRIA, NIPC 503116220, aqui representada por **Nuno do Carmo Antunes Cordeiro**, na qualidade de Presidente, adiante designada por **2.º OUTORGANTE**.

Considerando que:

- A) Foi outorgado entre o Instituto Português do Desporto, Juventude Vidigalense e a Federação Portuguesa de Atletismo um Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/189/DDF/2024, cujo objeto é a concessão de uma comparticipação financeira à organização pela Federação Portuguesa de Atletismo do **EVENTO DESPORTIVO INTERNACIONAL** designado por **Taça da Europa de Lançamentos**, a realizar em Leiria, nos dias 09 a 10 de março de 2023;
- B) A **JUVENTUDE VIDIGALENSE**, como já sucedeu no ano transato, teve procedido à organização, com reconhecido mérito e sucesso, do evento desportivo internacional referido no considerando anterior;

- C) A **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ATLETISMO**, pretende conferir ao **2.º OUTORGANTE** a organização do aludido evento por se tratar de associado com ampla experiência nesse domínio, possuindo relações privilegiadas com todas as forças vivas da região onde o evento se vem realizando ao longo dos anos na Pista de Leiria;
- D) O **2.º OUTORGANTE** aceita proceder à organização da **Taça da Europa de Lançamentos** por possuir os meios técnicos, materiais e humanos para o efeito, assim como conhecimentos e capacidade para a mesma, face à experiência adquirida no ano anterior, em que o evento se realizou;
- E) Pelo DL n.º 273/2009, de 1 de outubro, veio a ser introduzida nova regra para disciplina dos financiamentos atribuídos por federações desportivas a entidades que lhes estão subordinadas, em consequência de a entidade concedente ter previamente beneficiado de financiamentos públicos com tal finalidade;
- F) Nas circunstâncias a que se alude no Considerando anterior e na sequência do Diploma Legal nele referido, estabeleceu-se que os apoios atribuídos por entidades desportivas devem, eles também, ser titulados por contratos-programa que clarifiquem os objetivos do apoio concedido e as obrigações assumidas pelos beneficiários, uma vez que continuam em causa dinheiros públicos.

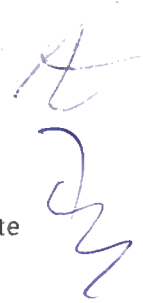
É, entre as partes, nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro - Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto -, artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de Março - Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo e artigos 4.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, celebrado um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA 1.ª

#### Objeto do contrato

Constitui objeto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira à organização pelo **2.º OUTORGANTE** do **Evento Desportivo Internacional** designado por **Taça da Europa de Lançamentos**, a realizar em Leiria, nos dias 09 a 10 de março de 2024, conforme proposta

apresentada ao **1.º OUTORGANTE** constante do Anexo II a este contrato-programa, o qual faz parte integrante do mesmo, publicitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.



## CLÁUSULA 2.ª

### Execução do programa

O período de execução do programa objeto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato-programa tem início a 1 de janeiro de 2024 e termina em 31 de dezembro de 2024.

## CLÁUSULA 3.ª

### Comparticipação financeira

1. Para a organização do Evento Desportivo referido na cláusula 1.ª supra, constante da proposta apresentada pelo **2.º OUTORGANTE**, é concedida a este, pelo **1.º OUTORGANTE**, uma comparticipação financeira até ao valor máximo de **25.000,00 €**.

2. O valor final do apoio é determinado após análise do relatório final indicado na alínea d) da cláusula 5.ª considerando as seguintes disposições:

a) No caso de imputação de despesas comuns a outros programas, o máximo elegível resulta da proporção entre o orçamento total do evento e o orçamento global do **2.º OUTORGANTE** para o ano corrente;

b) Na eventualidade do evento ser consubstanciado por associado(s) do **2.º OUTORGANTE** só são consideradas elegíveis as despesas daquele(s) associado(s) realizadas diretamente com a organização do evento;

c) Não são elegíveis as despesas resultantes de pagamento de vencimentos e remunerações aos elementos dos órgãos sociais;

d) O valor final do apoio não pode ultrapassar 30,00% das despesas efetivas e elegíveis com a organização do evento;

e) Esta percentagem inclui uma valorização na análise do evento de 16,00% decorrente dos indicadores abaixo:

i. N.º de praticantes ..... 356 (2,50%)

ii. N.º de países ..... 41 (2,50%)

iii. Participação de praticantes de alto nível ..... (2,50%)

● Medalhado em Jogos Olímpicos e/ou campeonatos do mundo de absolutos .. Sim



- Número de praticantes de alto nível..... 5
  - iv. Cumprimento dos ODS ..... (4,50%)
  - v. Impacto Público e Grau de Implantação Desportiva ..... (4,00%)
- f) A percentagem indicada na alínea e) pode ser revista, de acordo com a tabela inserta no anexo I;
- g) No caso de incumprimento da alínea f), da cláusula 5ª, o valor do apoio apurado nos termos das alíneas anteriores é depreciado em 5,0%.
- h) No caso de incumprimento do prazo previsto na alínea d) da cláusula 5ª para apresentação da totalidade dos documentos e informações indicadas, o valor do apoio apurado nos termos das alíneas anteriores é depreciado em 2,5%, salvo por situação anómala de responsabilidade não imputável ao **2.º OUTORGANTE**, devidamente identificada e comunicada atempadamente ao **1.º OUTORGANTE**;
3. O montante indicado no nº1 provém do orçamento de receitas próprias e está inscrito na rubrica de despesa orçamental 04 07 01- Transferências correntes – Instituições sem fins lucrativos.

#### CLÁUSULA 4.ª

##### Disponibilização da comparticipação financeira

A comparticipação referida no n.º 1. da cláusula 3.ª é disponibilizada nos seguintes termos:

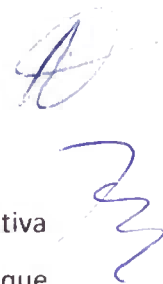
- a) **50%** da comparticipação financeira até 30 (trinta) dias antes da data de realização do evento desportivo, correspondente a **12.500,00€**;
- b) **50%** da comparticipação financeira, correspondente a **12.500,00€**, em 2024, no prazo de 30 (trinta) dias após o cumprimento do disposto na alínea d) da Cláusula 5.ª infra e obtida a respetiva validação positiva por parte do **1.º OUTORGANTE**.

#### CLÁUSULA 5.ª

##### Obrigações do 2.º OUTORGANTE

São obrigações do **2.º OUTORGANTE**:

- a) Realizar o evento a que se reporta o presente contrato, nos termos constantes da proposta apresentada ao **1.º OUTORGANTE** e de forma a atingir os objetivos nela expressos;



- b) Prestar todas as informações bem como apresentar comprovativos da efetiva realização da despesa acerca da execução deste contrato-programa, sempre que solicitados pelo **1.º OUTORGANTE**;
- c) De acordo com o estabelecido no n.º 2, artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, organizar a sua contabilidade por centros de custo próprios e exclusivos com reconhecimento claro dos custos incorridos e a identificação de receitas;
- d) Apresentar, em formulário próprio, disponibilizado pelo **1.º OUTORGANTE**, até 90 (noventa) dias após a conclusão do Evento Desportivo, o relatório final sobre a execução técnica e financeira, em modelo próprio definido pelo **1.º OUTORGANTE**, acompanhado do balancete analítico do centro de custos, antes do apuramento de resultados, previsto na alínea c), e do registo contabilístico das receitas referentes ao programa desportivo em anexo;
- e) Facultar ao **1.º OUTORGANTE** ou a entidade credenciada a indicar por aquele, sempre que solicitado, na sua sede social, o mapa de execução orçamental, o balancete analítico do centro de resultados antes do apuramento de resultados relativos à realização do Evento Desportivo e, para efeitos de validação técnico-financeira, os documentos de despesa, legal e fiscalmente aceites, em nome do **2.º OUTORGANTE**, ou de seu associado, nos termos da alínea h) da presente cláusula, que comprovem as despesas relativas à realização do Evento Desportivo apresentado e objeto do presente contrato;
- f) Publicitar, nos meios de promoção e divulgação do programa desportivo, o apoio do **1.º OUTORGANTE** conforme regras fixadas no manual de normas gráficas.
- g) Facultar ao **1.º OUTORGANTE**, sempre que solicitado, a acreditação necessária aos elementos definidos por aquele, para que estes possam, no decorrer do Evento, assistir à sua realização e acompanhar a execução do programa desportivo apresentado e objeto do presente contrato;
- h) Celebrar e publicitar integralmente na respetiva página da Internet, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, os contratos-programa referentes a apoios e participações financeiras atribuídas aos clubes, associações regionais ou distritais ou ligas profissionais, nela filiados.





## CLÁUSULA 6.ª

### Incumprimento das obrigações do 2.º OUTORGANTE

1. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas 8.ª e 9.ª, há lugar à suspensão das participações financeiras por parte do **1.º OUTORGANTE** quando o **2.º OUTORGANTE** não cumpra:
  - a) As obrigações referidas na cláusula 5.ª do presente contrato-programa;
  - b) As obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com o **1.º OUTORGANTE**;
  - c) Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.
2. O incumprimento culposo do disposto nas alíneas a), b), d), e) e/ou g) da cláusula 5.ª, concede ao **1.º OUTORGANTE**, o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Evento Desportivo objeto deste contrato.
3. Caso as participações financeiras concedidas pelo **1.º OUTORGANTE** não tenham sido aplicadas na competente realização do Evento Desportivo, o **2.º OUTORGANTE** obriga-se a restituir ao **1.º OUTORGANTE** os montantes não aplicados e já recebidos.

## CLÁUSULA 7.ª

### Tutela inspetiva do Estado

1. Compete ao **1.º OUTORGANTE** fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.
2. As ações inspetivas designadas no número anterior podem ser tornadas extensíveis à execução dos contratos-programa celebrados pelo **2.º OUTORGANTE** nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, designadamente através da realização de inspeções, inquéritos, sindicâncias ou auditoria por uma entidade externa, devendo aqueles contratos-programa conter cláusula expressa nesse sentido.



### CLÁUSULA 8.ª

**Defesa da integridade das competições, luta contra a dopagem, a corrupção e a viciação de resultados, combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo**

O não cumprimento pela **2.ª OUTORGANTE** do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo **1.º OUTORGANTE**.

### CLÁUSULA 9.ª

#### Formação de Treinadores

O não cumprimento pelo **2º OUTORGANTE** do regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto estabelecido pela Lei nº 40/2012, de 28 de agosto, alterada pela Lei nº 106/2019, de 6 de Junho, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo **1.º OUTORGANTE**.

### CLÁUSULA 10.ª

#### Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, 26 de março.

### CLÁUSULA 11.ª

#### Vigência do contrato

1. O presente contrato entra em vigor na data da sua publicitação na página eletrónica do **1.º OUTORGANTE**.

2. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações estabelecidas na cláusula 5.ª, o contrato termina em 31 de dezembro de 2024.

3. Nos termos do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, 26 de março, a comparticipação estabelecida no presente contrato-programa abrange a totalidade do programa desportivo a apoiar.

## CLÁUSULA 12.ª

### Disposições finais

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, 26 de março, este contrato-programa é publicitado na página eletrónica do 1.º OUTORGANTE.

2. Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.

3. Da decisão cabe recurso nos termos da lei.

Assinado em Lisboa, em            de 2024, em dois exemplares de igual valor.

**O Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo**



(Jorge António de Campos Vieira)

**A Presidente da Juventude Vidigalense**



(Nuno do Carmo Antunes Cordeiro)





**ANEXO I  
AO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO  
N.º CP/189/DDF/2024**

**QUADRO DE REVISÃO DO APOIO**

Indicador	Valorização do apoio face aos indicadores
<b>N.º de praticantes</b> <i>até ao máximo de 2,5%</i>	≥ 250 de praticantes ..... 2,5% [200, 249] de praticantes ..... 2% [150, 199] de praticantes ..... 1,5% [100, 149] de praticantes ..... 1% [50, 99] de praticantes ..... 0,5% [1, 49] de praticantes ..... 0%
<b>N.º de países</b> <i>até ao máximo de 2,5%</i>	Modalidades individuais: ≥ 24 de países ..... 2,5% [10, 23] de países ..... 1% [1, 9] de países ..... 0% Modalidades coletivas: ≥ 16 de países ..... 2,5% [8, 15] de países ..... 1% [1, 7] de países ..... 0%
<b>Participação de praticantes de alto nível</b> <i>até ao máximo de 5%</i>	Participação de praticante medalhado em Jogos Olímpicos e/ou campeonatos do mundo de absolutos: Sim ..... 2,5% Não ..... 0% Ou 0,5%, até ao máximo de 2,5%, por cada praticante de alto nível – classificação até ao 8.º lugar, nos últimos 4 anos, em campeonato no mundo, da Europa, Jogos Olímpicos/Paralímpicos e ranking mundial
<b>Cumprimento dos ODS</b> <i>até ao máximo de 8%</i>	Desporto para mulheres: Inclui provas para e com raparigas e mulheres ..... +2,5% Estratégia ambiental: É identificada a pegada ecológica do evento ou utilizada ferramenta para cálculo da pegada do evento ..... +0,5% São implementadas medidas relacionadas com a mobilidade/ transportes ..... +0,5% Nas aquisições é dada preferência a empresas locais, ao aluguer e contratação de serviços ao invés da aquisição ..... +0,5% Na logística do evento é dada primazia ao aluguer em detrimento da aquisição, estimulando assim a economia circular ..... +0,5% Na seleção de parceiros económicos, é dada preferência a empresas locais, fixando valor e diminuindo a necessidade de transportes ..... +0,5% São utilizadas medidas para redução/ gestão de resíduos - utilização de materiais reutilizáveis, redução do consumo plástico, reciclagem, parcerias para excessos (comida - refood) ..... +0,5% Medidas de compensação, como plantar árvores após o evento, limpeza de praias, rios, entre outras ..... +0,5% Desconcentração: Território do interior ..... +2,5% Inclusão: Inclusão populações de risco/ Desporto Adaptado ..... +2,5%

Indicador	Valorização do apoio face aos indicadores
<b>Impacto público e grau de implantação desportiva</b> <i>até ao máximo de 4%</i>	Impacto público: Internet (página própria do evento) ..... +0,5% +500 espectadores por dia ..... +0,5% Transmissão direta na televisão ..... +0,5% Transmissão direta na internet ..... +0,5% Implantação desportiva: ≥ 10.000 praticantes inscritos na federação ..... 2,5% [5.000, 9.999] praticantes inscritos na federação ..... 1,5% [2.500, 4.999] praticantes inscritos na federação ..... 1,0% [1.000, 2.499] praticantes inscritos na federação ..... 0,5% [0, 999] praticantes inscritos na federação ..... 0%